

nome de guerra

por Almada Negreiros — Coleção dos Escritores Modernos Portugueses

Com o ar de quem escreve uma crónica leve e aparentemente fútil, Almada Negreiros escreveu um romance. E' possível que, perante um juízo crítico ortodoxo, *Nome de Guerra* não pertença em absoluto ao género de romance. De facto, no decorrer do livro o autor intervém constantemente, ainda que não seja senão nos substanciosos e por vezes desconcertantes títulos dos capítulos. Os primeiros capítulos e os últimos são de exposição, análise e conclusões, e amiúde, no decorrer da anedota—não se pode com propriedade dizer «da acção» —o movimento dos personagens detém-se para dar lugar ao dissertar ameno—não tanto como parece—do autor. Julgo que isto está vedado ao romancista, segundo os mais recentes ditames da critica. No entanto, procedendo assim, Almada Negreiros está longe de ser ou parecer antiquado.

Num estilo desarticulado, cuja originalidade não está nas palavras, que são as de todos os dias, mas nos efeitos que delas tira, no tom de familiaridade e ao mesmo tempo de impressionante certeza, Almada Negreiros conta-nos uma história que é o que menos avulta no livro. Com efeito a anedota é anódina, além de estafada, desde a *Sapho*, de Daudet, para não falar na *Manon Lescaut*. Em duas ou três cenas de café, três ou quatro de clube, outras tantas de quarto de hotel, algumas vistas de rua e um passeio à Boca do Inferno, compoz Almada a anedota. O resto, para preencher as 254 páginas do livro, é a personalidade do autor.

Que êle podia escrever com mais solenidade, com mais estilo, se quizerem, atesta-o o belo capítulo V, que é um trecho de prosa clássica. Mas, por muito que interesse a maneira como Almada diz o

que quer, interessa mais ainda aquilo que êle quer. E o que pretendeu Almada Negreiros escrevendo êste seu livro?

Bastaria, para o saber, ler os dois primeiros e os dois últimos capítulos, suprimindo as três linhas finais em que o autor, pretendendo dar a moralidade do romance, ou demonstra ter-se enganado nos seus próprios designios ou fez uma brincadeira de mau gosto. O princípio e o fim do livro encadela-se numa sequência tão harmónica que dispensavam o recheio. De facto, as conclusões da obra esmagam o *enredo*. Esmagam-no em todo o sentido:—porque não está à altura da intenção; porque o que acontece ao protagonista não é de molde a levá-lo à transformação psicológica que nêle se opera no final da obra; porque, a - pesar - da excelente descrição das cenas de clube e de quarto, dos diálogos tão certos e das figuras tão fortemente desenhadas, tudo aquilo tem um ar de provisório, como se se estivesse para entrar na acção, e quasi desmente, pela sua fragilidade, a seriedade das intenções do autor, tão vincada nas passagens em que as suas reflexões intervêm.

Disserta o autor sobre a influência dos nomes, árvores genealógicas, destinos, para chegar a isto: «O nosso íntimo pessoal é inatingível por outrem». E mais: «A individualidade e a personalidade são florescências dêsse invisível do nosso ser a que chamamos o nosso íntimo».

E começa a história: «Era uma vez uma apariga chamada Judite». Ora esta Ju-

dite, Safo de meia tijela, é apenas um pretexto. E' o protagonista, o Antunes, quem interessa. Vem a aventura do Antunes com a Judite. Apraz-me muito registrar que, a - pesar - do meio equívoco em que a novela se passa, não há nela canalhismos inúteis, excessos ou excrescências de qualquer espécie, nem se lobra no autor gosto especial em descrições que o identifiquem com os seus personagens. A percuciência da análise, a objectividade e nitidez dos quadros focados, são outros tantos motivos a acreditar em o autor como espirito superior às misérias que descreve. Além disso, não faltam notas delicadas, sentimentais—e verdadeiras,—a essas descrições.

Almada é moralista e não receia sê-lo. Escritor assim está sempre longe do ridículo e não tem que ter medo dêle. A cada momento as observações do autor—enquadradas nas do protagonista—entrecortam a anedota. Chegam mesmo a interrompê-la até o ponto de encherem capítulos inteiros.

Contada a aventura do Antunes com a Judite, chega-se a esta conclusão: «Cada um de nós não pode deixar de ser o próprio, e ainda que para isso lhe seja indispensável a maior das forças de vontade». Isto vinha dito desde o princípio. A obra toma pois um aspecto de lição com a demonstração e conclusões respectivas. Toma um aspecto—porque não dizê-lo?—de tese. Assim, um direito que é negado ao romance moderno faz-se valer largamente neste romance moderno. Simplesmente—e isto tira, de facto,

ao livro, um pouco do carácter de obra de ficção—o autor não chega aonde quer chegar através de acção, o que seria para desejar num romance. Os últimos capítulos são dados, é certo, como um longo monólogo do protagonista, sentado a uma janela contemplanando as estrélas. Mas é verdadeiramente o autor quem monologa, e não o disfarça.

Pretende o autor elevar o esforço individual, a construção de cada um por si próprio. (A passagem que nos mostra o Antunes descobrindo os próprios músculos tem sabor a simbolismo). Ao mesmo tempo vitupera «todos quantos intervêm na vida dos outros». Esses «todos» estão representados no livro pela figura do tio cuja descrição ocupa um capítulo. Se Almada tivesse feito dessa figura—ou doutra de igual intenção—o fulcro da acção «interior» da obra, muito embora a acção «exterior» se deduzisse da personagem Antunes, teria então o direito de pôr como «Moralidade» do seu romance: «Não te metas na vida alheia se não queres lá ficar». Assim, chegado à última página do seu livro, passou a primeiro plano uma circunstância incidental—embora de valor para a formação psicológica do protagonista,—e induziu em erro, de certo, muitos leitores, que verão, nessa *boutade* final, uma afirmação de egocentrismo, que não parece estar nas suas intenções. A moralidade de *Nome de Guerra* é bem outra. Prefiro estar em desacôrdo com o autor quanto às últimas três linhas do seu livro, do que concordar com estas e discordar do livro todo.

Nome de Guerra, na sua aparente futilidade, é um livro sério, impressionante e são. Quem o souber ler, que o leia.

J. P. A.

as três pessoas

poemas de Políbio Gomes dos Santos
«Portugália» — Coimbra, 1938

Quando pela primeira vez um poeta se apresenta a público com um livro de poemas é costume a critica, e em especial a critica com responsabilidades,—e é por isso que vale a pena uma vez mais tocar no assunto,—sair à estocada com a vélha e quasi estafada questão das influências. Assim aconteceu com Políbio Gomes dos Santos.

Não pretendemos, nem especialmente nos interessa nesta altura, discutir se essa influência existe ou não.

O que nos parece é que se um poeta jovem tenta pela primeira vez fazer poesia (e poeta não é apenas aquêle que já fez poesia), dar vida às suas emoções e ideias exteriorizando-as, pode fazê-lo (e pode ser esta a única maneira de inicialmente o conseguir)

servindo-se em parte dos processos formais doutros, com os quais de qualquer modo conviveu e, principalmente, daqueles que mais de perto falaram à sua sensibilidade, sem que isso possa significar ausência de valor.

O que é essencial é que êle

logo de principio mostre ter uma personalidade tal que lhe permita, em futuros trabalhos, despir-se de toda a influência sofrida.

Ora parece-nos ser êste o caso de Políbio Gomes dos Santos, e parece-nos também que em casos como êste se devia pôr de parte totalmente essa questão das influências, demais sendo estas, como diz Gaspar Simões: *das tais influências que não tomam lugar*.

(Continua na página imediata)